

**Outubro de 2003**

**Economia e Política Econômica**

**César Benjamin e J. Carlos de Assis (com Rômulo Tavares Ribeiro)**

**Tema : Desemprego: cenário atual e políticas alternativas**

**1. No primeiro semestre de 2003**, segundo o IBGE, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,3% em relação a igual período do ano anterior, percentual muito inferior ao aumento da população. O desempenho da produção destinada especificamente ao mercado interno, no entanto, foi muito pior, com declínio entre 7,4% (se usarmos o IPCA como deflator) e 17,4% (se usarmos o IGP-DI). Esses números mostram que a política de severo ajuste fiscal e monetário, defendida pelo FMI e legitimada por decisões internas de política econômica, tem efeitos devastadores. O sucesso dessa política é o fracasso da nação.

Além de produzir efeitos sociais extremamente perversos, ela não se sustenta nos seus próprios termos. A relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB continua a se deteriorar, atingindo 57,7%, quase dois pontos percentuais acima do resultado de junho. Isso se torna mais grave quando se constata que a evolução recente da taxa de câmbio foi favorável a uma redução, em reais, do passivo dolarizado do setor público.

**2. A taxa de juros contribui decisivamente** para esses maus resultados. O enorme esforço para obter 4,91% do PIB em superávit primário, que praticamente paralisou os investimentos do Estado, foi anulado pelo pagamento de 10,2% do PIB em juros. Nesse contexto, é preocupante que o Ministério do Planejamento tenha anunciado recentemente uma nova rodada de cortes. Estamos diante de um ciclo vicioso: a paralisação do investimento público colabora fortemente para a recessão, que por sua vez comprime ainda mais a arrecadação fiscal, exigindo novos ajustes para baixo. Todos os tributos vinculados à atividade produtiva têm apresentado trajetória declinante.

Ao decidirmos nas próximas semanas se renovamos ou não o acordo com o FMI, estaremos decidindo que grau de liberdade teremos para alterar essa política econômica nos próximos anos. Se ela for mantida, respaldada em um novo acordo, engolirá todo o mandato do presidente Lula, frustrando as esperanças que ele despertou. As consequências sociais e políticas dessa frustração são imprevisíveis.

**3. Os únicos indicadores econômicos positivos** no primeiro ano do governo Lula referem-se ao mercado financeiro. O lucro dos bancos continua batendo recordes, o chamado risco Brasil (ou seja, risco de fazer investimentos financeiros no Brasil) caiu ao seu nível mais baixo em vários anos, os principais títulos da dívida externa (os Cbond) se valorizaram, tornando mais ricos os seus detentores. A inflação recuou, é verdade. Mas, num quadro em que a renda do trabalho vem desabando, o controle da inflação é um consolo pífio: os preços continuam evoluindo à frente dos rendimentos das pessoas, às vezes de forma explosiva.

A evidência maior disso são os chamados preços administrados dos serviços públicos. Tarifas de energia elétrica e de telefonia estão sendo reajustadas segundo a inflação passada, criando um descompasso

tremendo entre rendimentos e despesas para a maioria da população. A inadimplência atinge mais de 20% dos consumidores desses serviços essenciais. As concessionárias têm proposto programas de repactuação de dívidas, mas isso evidentemente não é solução. A solução é mais emprego e mais renda.

Emprego é o tema da nossa análise do mês, dividida em quatro partes: (a) A situação atual; (b) As interpretações conservadoras e suas soluções; (c) A perspectiva da continuidade; (d) A perspectiva da mudança.

#### *A situação atual*

**4. Do ponto de vista econômico e social**, 2003 está perdido. Os próprios analistas do governo, como os do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), já admitem que a economia não crescerá mais do que 0,5%. Teremos mais um ano com renda *per capita* em queda. Dois indicadores da situação social são especialmente relevantes: a taxa de desemprego aberto está em nível recorde (20,6% em São Paulo, segundo o Dieese), enquanto a renda dos trabalhadores caiu 14,6% em setembro (segundo o IBGE), comparada com igual mês de 2002.

A taxa oficial de desemprego ficou em 12,9% em setembro de 2003. Ela é calculada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas com metodologia muito mais restritiva que a do Dieese, pois não considera nem o desalento (exclui os desempregados que não procuraram emprego na semana da pesquisa) nem o subemprego (exclui os desempregados que estão “fazendo um bico”). Mesmo assim, os próprios dados do IBGE permitem recompor o universo amplo do problema do trabalho no Brasil. Além dos desempregados, o Instituto registra a existência de mais 13% de trabalhadores no chamado trabalho precário, ou seja, algum tipo de trabalho informal, sem registro em carteira, e que gera menos de um salário mínimo de renda mensal.

Isso significa que, pelos dados oficiais, cerca de 26% da população ativa estão em desemprego aberto (12,9%) ou em situação extremamente precária (13%). Estas taxas expressam médias. As pesquisas permitem várias desagregações que aumentam a dramaticidade da questão.

O desemprego é inversamente proporcional à idade, chegando a atingir a espantosa taxa 50% entre os mais jovens: 44% do desemprego total estão concentrados em pessoas de 16 a 24 anos, que sequer conseguem entrar no mercado de trabalho. As mulheres são mais atingidas que os homens: correspondem a cerca de 40% da força de trabalho urbana e a 50% do contingente de desempregados. A distribuição também se altera quando se comparam as capitais e os municípios vizinhos, com tendência a maiores taxas nas periferias. Em metrópoles como Salvador e Recife, o desemprego total, medido pelo método mais amplo (e mais realista) do Dieese, está se aproximando de 30%, mas fora das capitais já está em 40%.

**5. Em todo o mundo, a taxa de desemprego aberto** é acompanhada com muita atenção por governos e sociedades, especialmente quando atinge chefes de família, homens ou mulheres, dado o seu potencial desestruturante da vida social. Com efeito, níveis crescentes de desemprego e de subemprego significam a multiplicação do número de pessoas que deixam de manter qualquer relação de direitos e deveres com a sociedade. Ambos os fenômenos se associam à queda da auto-estima, a desagregações familiares, à menor renda disponível, à busca precoce de trabalho por parte dos filhos (quase sempre no mercado informal) em

prejuízo de sua formação escolar, etc. Por isso, quando as sociedades se confrontam com tendência de desemprego crescente, espera-se que os governos atuem, alterando suas políticas macroeconômicas e adotando medidas específicas.

No Brasil, no entanto, não se tem verificado uma reação à altura. Mantida a política econômica atual, prevê-se que em fevereiro de 2004 chegaremos à marca de um milhão de *novos desempregados* na gestão do presidente Lula. É um desastre. Lula foi eleito com a promessa de criar 10 milhões de *novos empregos*.

*As interpretações conservadoras e suas soluções*

**6. O pensamento conservador lança mão** de quatro interpretações que minimizam o problema e/ou conduzem a soluções falaciosas.

A primeira interpretação conservadora destaca a qualidade supostamente baixa da mão-de-obra brasileira. É uma maneira de esvaziar o conteúdo social do problema (a baixa oferta de emprego) para remetê-lo ao universo individual das pessoas afetadas (sua baixa “empregabilidade”). Decorre daí a ênfase – mais retórica do que real – em políticas educacionais, que abririam caminho para soluções caso a caso. Mas, a menos de alguns setores pequenos, de alta tecnologia, que demandam pouca gente, é errada a idéia de que o trabalhador brasileiro não está preparado para o nível de qualificação que a economia está demandando. As estatísticas oficiais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho mostram o seguinte: o brasileiro ou brasileira que perde o emprego é, normalmente, uma pessoa de 35 a 45 anos de idade, chefe de família, com experiência profissional e com algum grau de qualificação: operador de máquinas, motorista, ferramenteiro, bancário, e assim sucessivamente. Quando procuramos saber que tipo de empregos a economia brasileira vem criando, mesmo insuficientes, verificamos pela mesma RAIS que eles estão no setor de serviços sem qualificação: balconistas, vigilantes, vendedores, e assim sucessivamente. Ao contrário do que se pensa, *a força de trabalho brasileira é superqualificada em relação ao tipo de emprego que está sendo criado no Brasil*, cuja economia vem perdendo a capacidade de agregar valor a cadeias produtivas cada vez mais internacionalizadas.

**7. A segunda interpretação conservadora destaca** o custo elevado da contratação de mão-de-obra, pelo suposto excesso de encargos sociais. Decorre daí a proposta de reforma da legislação trabalhista – ou seja, corte de direitos do trabalho –, também encampada pelo governo Lula. É outra falácia. Como ninguém tem coragem de dizer que o trabalhador brasileiro ganha muito, os conservadores atacam os encargos, chegando a dizer que eles representam 102% dos salários, uma taxa sem comparação com o que se verifica no resto do mundo. Nesses cálculos, porém, as associações empresariais e os intelectuais a elas ligados usam um *conceito* errado: consideram encargos o descanso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro, etc. Em todo o mundo, são considerados encargos apenas as contribuições destinadas a fundos coletivos que financiam políticas gerais (como a Previdência, o Senai, etc). *Tudo o que é apropriado pelo próprio trabalhador é parte do seu salário*. Se fizermos as contas respeitando os critérios internacionais, chegaremos a uma relação entre encargos e salários, no Brasil, de apenas 25%. Além disso, o que é relevante para a determinação do

investimento é o custo total do trabalho, que se mantém idêntico nas duas contas. Este custo é notoriamente baixo entre nós, seja qual for o critério adotado para determinar o que é salário e o que é encargo. Como mostra toda a experiência internacional, sem nenhuma exceção, a retirada de direitos trabalhistas não gerará nenhum novo posto de trabalho.

**8. Na terceira abordagem conservadora,** o desemprego é apresentado como um subproduto do aumento de produtividade da economia brasileira, o que permite considerá-lo, implícita ou explicitamente, como sendo um aspecto problemático de um processo essencialmente desejável e virtuoso. Daí a idéia de sua inevitabilidade, o que acaba justificando a apatia diante do problema. Também é falso. Modernização técnica e emprego não são necessariamente antagônicos. O problema é que, no Brasil, a produtividade do trabalho tem crescido, mas a produção total *per capita* completou mais de vinte anos de estagnação. Isso contrasta, por exemplo, com o que ocorreu no Japão no segundo pós-guerra, onde as elevadas taxas de crescimento do PIB permitiram compatibilizar, por décadas, significativos ganhos de produtividade e baixos níveis de desemprego. Se a produção crescer junto com a produtividade, o nível de emprego se mantém. Se crescer mais, o nível de emprego aumenta.

**9. A quarta forma de minimizar o problema** é afirmar que o alto desemprego é uma situação típica das metrópoles, que não se repetiria no conjunto do país. Trata-se de outro equívoco. O Censo de 2000 apurou uma taxa de desemprego média no país de 15,04%. Censo não é amostra, é conta por um e abrange todo o território. Na época do Censo, o desemprego oficial, medido pelo mesmo IBGE em seis regiões metropolitanas, estava em torno de 7%. Se foi constatado, para a média do Brasil, que a taxa efetiva era mais do dobro da oficial, é que em outras capitais e em cidades pequenas e médias o desemprego era – e continua sendo – muito maior que a média das seis metrópoles.

*A verdade é que o desemprego está nos arrastando para a maior crise social da história republicana.*

*A perspectiva da continuidade*

**10. Se 2003 está perdido,** o que se deve esperar de 2004? Caso o governo insista na política macroeconômica que vem praticando – tudo indica que insistirá –, 2004 será igual ou pior que 2003. Chegaremos à metade do mandato de Lula num quadro de grave deterioração nas condições de vida e, provavelmente, descrença na política. A chave que mostra as sombrias perspectivas econômicas para o próximo ano são as políticas fiscal e monetária, tal como têm sido sinalizadas pelo governo. A política fiscal embutida no orçamento enviado ao Congresso prevê a manutenção de um superávit primário de 4,25% do PIB. A política monetária, por sua vez, não deixa antever quedas expressivas na taxa de juros real. A combinação das duas travará, mais uma vez, a economia brasileira.

Observemos o superávit fiscal de 4,25% do PIB. Ele significa que o governo vai continuar retirando da economia cerca de R\$ 70 bilhões por ano, recolhidos em impostos diretos e indiretos para pagar os juros da dívida pública. É uma transferência direta de renda dos pobres (os maiores pagadores de impostos no Brasil)

para os ricos (que detêm os títulos da dívida). Ela piora dramaticamente o quadro de concentração da renda nacional, considerado pela ONU o mais perverso da América Latina e um dos mais perversos do mundo. Mas, do ponto de vista econômico, isso não é o mais grave. O mais grave é que esse dinheiro não retorna à economia sob a forma de investimento e nem mesmo de consumo.

Os credores da dívida, principalmente banqueiros, não querem receber dinheiro por suas aplicações financeiras. Dinheiro não rende juros. Tampouco querem investir em atividades produtivas, pois a alternativa mais confortável, lucrativa e líquida é a própria especulação. Tão logo recebem o dinheiro do superávit primário, voltam com ele para o Banco Central e compram mais títulos que rendem juros. Como esses títulos têm a mesma liquidez da moeda, sendo negociados diariamente no *over*, podemos chamá-los de “moeda financeira”. Na prática, portanto, nossa economia funciona com dois tipos de moeda: a moeda comum, à qual todos têm acesso, e que se desvaloriza conforme a taxa de inflação; e a moeda financeira, que rende juros muito acima da inflação. Só os ricos têm acesso a esta última, com a intermediação dos bancos. Esta especificidade do capitalismo brasileiro é, de longe, o principal mecanismo de concentração da renda nacional.

O Banco Central, que troca dinheiro (moeda comum) por títulos (moeda financeira), não o devolve ao Tesouro para que seja investido pelo Estado. Guarda-o em caixa. Esteriliza-o. Esse mecanismo paralisa a circulação dos meios de pagamento, provocando recessão e desemprego, enquanto garante ganhos extraordinários aos aplicadores financeiros.

**11. Enquanto esse mecanismo existir** e o governo insistir em fazer superávit primário não haverá nem distribuição de renda nem crescimento sustentado da economia brasileira. Numa situação de alto desemprego e de queda de renda do trabalho em ritmo continuado, para sair da recessão é necessário um aumento efetivo do dispêndio público, justamente para compensar a falta de demanda e de investimento privado. O consumo caiu 7% no primeiro semestre de 2003. Nesse contexto, nenhum capitalista vai investir, mesmo se a taxa de juros cair significativamente, pois não tem a segurança de que haverá consumidores para seus produtos.

Sem dúvida, a taxa de juros precisa baixar (até mesmo para reduzir a velocidade de crescimento da dívida pública), mas para retomar o crescimento isso não basta. O que empurra o investimento é o consumo, e consumo não depende apenas da taxa de juros. Depende, antes de mais nada, de emprego e de renda. Banco não empresta para desempregado que não tem fonte de renda, nem empresta para empregado além do seu limite de renda. Uma queda acentuada da taxa de juros pode produzir, no máximo, uma breve bolha de consumo, que logo se esgota. Ocupa um pouco de capacidade ociosa, mas não induz investimentos novos. Desde a Grande Depressão da década de 1930 reconhece-se que essa medida é insuficiente para estimular a economia. Isso ficou novamente patente na experiência japonesa da década de 1990: longa estagnação com uma taxa nominal básica de juros virtualmente igual a zero.

As recentes iniciativas que visam a facilitar o microcrédito, a compra de eletro-eletrônicos e os empréstimos contra desconto em folha têm algum valor, na medida em que dão um sentido social mais amplo ao sistema bancário e atendem a situações específicas próximas do desespero – por exemplo, daqueles que estão às voltas com agiotas oficiais (cartão de crédito, crédito pessoal em financeiras) ou não oficiais. Porém,

a repercussão macroeconômica é mínima. Os cálculos mostram que o impacto do microcrédito (R\$ 1,1 bilhão) e do crédito para produtos eletro-eletrônicos (R\$ 400 milhões) representará, no máximo, 0,1% do PIB.

#### *A perspectiva da mudança*

**12. O receituário canônico das estratégias de desenvolvimento** implica uma combinação de políticas monetária e fiscal expansivas para reverter a recessão e garantir a retomada do emprego. Em síntese, políticas de pleno emprego. A meta do desemprego zero não é só desejável, mas também possível. Além disso, é um imperativo da democracia. Vamos por partes.

Quando propomos uma política de pleno emprego não estamos nos referindo apenas a trabalhadores de carteira assinada ou mesmo a empregados, formais ou informais. Estamos falando de postos de trabalho remunerado. Também não vemos o pleno emprego como um objetivo isolado, mas como um resultado esperado de determinada política econômica. O que estamos propondo, pois, não é uma utopia social, mas uma política macroeconômica claramente definida.

No Brasil, essa política exigiria desde logo quatro medidas conjugadas: (a) redução radical e eventual eliminação do superávit primário, hoje de mais de 5% do PIB; (b) controle da entrada e saída de capitais; (c) redução drástica da taxa básica de juros para níveis internacionais; (d) administração do câmbio em um patamar favorável às exportações. Em julho deste ano, estes elementos de política econômica foram encampados por mais de quatrocentos economistas altamente representativos do pensamento progressista no Brasil, que assinaram um manifesto. Eles não são aventureiros.

**13. Das quatro medidas apontadas**, a primeira depende apenas de decisão política. As mais polêmicas são as demais. Vamos a elas. A partir do governo Collor, o Banco Central brasileiro agiu sistematicamente no sentido de aumentar a abertura financeira do país. Seguindo as recomendações do Consenso de Washington, desmontou os controles tradicionais sobre os fluxos de capital. Num primeiro momento, o aspecto mais negativo dessa orientação – que é a fragilização do Estado nacional diante do capital financeiro – não se revelou com clareza, pois o excesso de liquidez que prevaleceu nos mercados internacionais garantiu uma entrada líquida de capitais durante vários anos. O Plano Real sustentou-se nisso, abrindo um novo ciclo de endividamento que permitiu o controle da inflação. Esse ciclo acabou. Em seu lugar, ficou uma vulnerabilidade externa exacerbada, pois o novo contexto alterou dramaticamente as relações de poder entre o Estado nacional e o capital financeiro, em benefício deste último.

Ter poder é ter alternativas, ou seja, poder escolher e poder recusar. Em economias com grande fragilidade no balanço de pagamentos, um regime de câmbio flutuante com livre movimentação de capitais transfere ao capital financeiro o poder de escolher as condições que deseja e recusar as demais. Pois, nesse contexto, seus movimentos colocam a taxa de câmbio onde ele quiser, ameaçando por essa via desorganizar a economia real. A contrapartida a esse poder é a exigência de altas taxas de juros.

**14. Assim, economias como a brasileira**, quando abertas, não conseguem controlar suas próprias taxas de juros. Reduzidos à condição de reféns, os Estados nacionais ficam impedidos de implantar políticas monetárias voltadas para o crescimento.

Romper com essa situação deveria ser a prioridade macroeconômica do governo Lula. Isso é perfeitamente possível, sem confiscos ou ilegalidades. Restabelecido o controle sobre movimentos externos de capital – e, portanto, eliminada a possibilidade de uma corrida do real para o dólar –, o Banco Central retomará pleno controle sobre a fixação das taxas de juros, reduzindo-as sem dificuldade a um patamar compatível com o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico. Se o mercado financeiro recusar as taxas menores oferecidas, deixando de comprar títulos públicos, o Banco Central – que tem a prerrogativa de emitir moeda – simplesmente comprará títulos vencidos ou vincendos, injetando liquidez no mercado interbancário. Em algum ponto do processo – muito mais cedo do que se pensa –, os bancos aceitarão a taxa oferecida, em troca de novos títulos públicos, simplesmente porque (repetimos: eliminada a possibilidade de corrida para o dólar) não terão melhores alternativas de aplicação para os recursos em caixa à sua disposição.

O controle da movimentação de capitais não exige nenhuma alteração de natureza legal, pois já é atribuição do Banco Central. Como dissemos, ele deve vir acompanhado da administração do câmbio em um patamar favorável às exportações, de modo a sinalizar que poderemos cumprir nossos compromissos externos, exportando mais e fazendo grandes superávits comerciais, desde que nos deixem crescer. Nesse cenário, estaríamos nos recusando a continuar a pagar as contas com recessão e desemprego, como hoje. Como iniciativa externa complementar, buscaríamos aprofundar relações econômicas com parceiros estratégicos não chantagistas, como China, Índia, África do Sul, Japão, Rússia e o restante da América Latina.

**15. Além da questão externa**, acima abordada, outro risco implícito nessa política – dizem – é o risco inflacionário. Mas ele não passa de um embuste. Partindo de uma situação de alto desemprego e grande ociosidade no parque produtivo instalado, não há como imaginar uma inflação de demanda. Claro, se a economia voltar a crescer, podem aparecer pressões inflacionárias de custos, que poderão ser resolvidas com políticas de renda – grandemente facilitadas pelo próprio crescimento econômico –, e não com recessão e desemprego, como atualmente. Foi com políticas de renda que a Europa Ocidental conciliou estabilidade e prosperidade durante quase três décadas no pós-guerra.

**16. Vejamos o que significa uma política** de pleno emprego no plano da economia física. Poderemos usar cerca de R\$ 70 bilhões anuais, hoje esterilizados no superávit primário, para financiar dispêndio público em reforma agrária, agricultura, saúde, educação, habitação popular, saneamento, infra-estrutura, segurança e defesa. Milhões de empregos diretos seriam criados assim. Com o aumento da demanda efetiva, outros milhões de empregos se seguiriam no setor privado. O financiamento disso não é inflacionário, já que não se trata de emissão primária de moeda. Trata-se de dinheiro que foi extraído da sociedade por meio de impostos.

A expansão dos serviços públicos não obedece apenas a um imperativo social. Ao contrário do comércio, dos bancos, das fábricas e de outros segmentos que passam a incorporar regras “industriais” de

divisão do trabalho, com ampla automatização dos procedimentos, os serviços não vinculados à produção – como educação, saúde e segurança, tipicamente prestados pelo Estado – têm menos potencial para absorver progresso técnico poupador de mão-de-obra. Permanecem intensivos em trabalho. Como a urbanização aumenta a demanda por esses serviços, tanto em termos absolutos como relativos, abrem-se por essa via enormes possibilidades de expansão do emprego. Se em vez de 50 alunos em cada sala de aula tivermos 25, o ensino será de melhor qualidade e dois professores trabalharão no lugar de um. Se quisermos prover saúde pública de qualidade e velhice decente para todos, milhares de profissionais, de todos os níveis, serão requisitados.

**17. É possível que os ortodoxos levantem** outro argumento: o superávit primário deve ser destinado a pagar (parte dos) juros, pois, do contrário, o governo perderá credibilidade para rolar a dívida pública. É um embuste e uma falácia. Como dissemos acima, os que vivem de juros do governo não querem dinheiro, pois dinheiro não rende juros. Querem, sim, títulos da dívida pública. Continuarão querendo, mesmo que a taxa de juros seja menor. Hoje, recebem um montante de juros equivalente ao superávit primário e correm para trocá-los por novos títulos. O esquema proposto evitará essa volta, pois eles receberão diretamente em títulos.

No curso da política de pleno emprego, a receita tributária crescerá continuamente, como decorrência natural do crescimento do PIB, reforçando a capacidade de gastos do setor público e deixando uma margem para a redução do déficit nominal. No fim do ciclo, o desemprego praticamente terá desaparecido. Nesta situação de virtual pleno emprego, haverá risco de inflação de demanda. Neste caso – e só neste caso –, ao lado da política de rendas, terá sentido fazer superávit primário (por aumento de receita e não por corte de gastos públicos essenciais), a fim de amortecer a pressão da demanda em pleno emprego. Porém, nunca antes que o desemprego tenha caído substancialmente.

**18. Com os recursos de que já dispõe,** o governo pode fazer um programa de expansão do emprego público direcionado para os setores mais atingidos pelo desemprego, abrindo frentes de trabalho não só para obras físicas, mas também para serviços sociais. Hoje, o emprego público no Brasil corresponde a apenas 8,56% do emprego total. Nos Estados Unidos, ele corresponde a 16%. Na França, a 27%.

O maior precedente dessa política é o New Deal, aplicado nos Estados Unidos na década de 1930, que reverteu a Grande Depressão e estabeleceu os trilhos para as políticas de bem-estar social adotadas pelos países industrializados no pós-guerra. Internamente, provocou uma revolução na infra-estrutura do país: foram construídos ou reconstruídos 820 mil quilômetros de rodovias, 124 mil pontes e viadutos, 120 mil prédios públicos, 20 grandes barragens de múltiplo uso em três cursos de rios; a malária foi erradicada, sistemas públicos de saúde e educação foram ampliados e revitalizados; milhares de artistas foram contratados para dar concertos e espetáculos de graça para o público.

Tudo isso se fez, inicialmente, graças ao dispêndio público, com déficit no orçamento primário. É esta mudança que o Movimento Desemprego Zero ([www.desempregozero.org.br](http://www.desempregozero.org.br)), integrado por várias entidades e movimentos sociais brasileiros, pretende no Brasil, em confronto direto com o neoliberalismo amplamente dominante na condução da política econômica do governo Lula. Com essa virada talvez ainda

possamos salvar alguma coisa das nossas esperanças, depois de mais de vinte anos de luta para conduzir o PT à Presidência da República. Se ela não acontecer, o governo do PT será mais um governo do grande capital – talvez mais realista que o rei. Estaremos diante de uma das maiores traições jamais cometidas contra o povo brasileiro.